

## O ELEMENTO CIVILIZATÓRIO E A EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES HISTÓRICAS PORTUGAL-BRASIL / BRASIL-PORTUGAL

*Justino Magalhães<sup>1</sup>*

### RESUMO

A relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal constitui-se como processo civilizatório, social, material e simbólico, em que a cultura escrita se desenvolve e se torna qualitativa e quantitativamente determinante, como recurso e meio, construídos e utilizados por uma diversidade de agentes – missionários, colonos, emigrantes, representantes políticos, mercadores. A história desta relação desafia a uma aproximação interdisciplinar entre a história cultural e a história da educação, no que se refere aos processos de colonização, missionação, escolarização, e ainda na singularidade da relação cultural estabelecida a partir de uma língua que evolui em comum de um e outro lado do Atlântico. Os objectivos fundamentais deste texto são introduzir essa abordagem interdisciplinar: situar a educação, enquanto factor instituinte das dimensões civilizacionais, no quadro da relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal; sistematizar as principais marcas de aculturação, reinvenção e interacção socio-cultural que caracterizam essa mesma relação.

**Palavras-chave:** civilização, aculturação, educação.

### ABSTRACT

The historical relationship Portugal-Brazil/Brazil-Portugal is

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

made up of a civilizing, social, material and symbolic process in which the written culture is developed and becomes the qualitative and quantitative determining factor both as a resource and a means, constructed and utilized by a variety of agents – missionaries, colonists, emigrants, political representatives, merchants. The history of this relationship presents the challenge of an interdisciplinary approach between the cultural history and the educational history in that which refers to the civilizing, missionary, and scholastic processes; and additionally in the unique nature of the cultural relationship established upon a language that evolves in common on both sides of the Atlantic. The fundamental objectives of this text are to introduce this interdisciplinary approach: establish the position of education as the instituting factor in the civilizing dimension in the area of the historical relationship Portugal-Brazil/Brazil-Portugal; systematize the principal signs of acculturation, reinvention and socio-cultural interaction that characterize this specific relationship.

**Key words:** civilization, acculturation, education.

1. O elemento civilizatório que substantiva as relações históricas Portugal-Brasil/Brasil-Portugal constitui-se por dimensões explícitas e implícitas e refere-se aos planos material, discursivo, processual.

À luz da sistematização proposta por Braudel (em *Grammaire des civilisations*, 1987), as civilizações constituem-se e ganham identidade a partir de uma tripla existência: uma sociedade, uma economia, uma mentalidade. A uma civilização corresponde uma sociedade (marcada por uma comunhão de olhares e de atitudes) e uma “visão de mundo”, assumidas no contexto de quadros histórico-geográficos amplos. Contextualizadas em espaços geográficos que, ainda que alargados, apresentam características climáticas comuns, ou espalhadas em contextos geográficos distintos, mas submetidos a um mesmo desafio tecnológico e organizacional, por parte do elemento humano, as civilizações reflectem e assentam em factores de natureza demográfica, biológica, tecnológica, económica – são economias,

conclui Braudel.

Inscritas num espaço, apresentando marcas sociológicas comuns e produzindo, ou assegurando, a sua sobrevivência a partir de uma materialidade caracterizada por factores igualmente comuns, as civilizações constituem mentalidades colectivas, cujas referências psíquicas, ainda que nem sempre explicitamente manifestas, fortalecem atitudes e axiologias diferenciadoras face a outros quadros sociológicos, e tendem a reforçar uma espiritualidade religiosa e uma racionalidade científica e tecnológica marcadas por uma mesma identidade.

Nos planos comunicacional e simbólico - substantivo, discursivo, intelectual, axiológico, as civilizações estruturam-se por factores de natureza cultural. Estes factores culturais são constituídos por elementos explícitos e implícitos, sendo que os primeiros se referem a uma arteficialidade e a uma materialidade e os segundos à representação, à simbolização ideológica e organizacional, e a axiologias, transmissíveis por apropriação e subjectivação.

Através da educação, os factores culturais são transmitidos, actualizados e postos em acção, nos planos material, simbólico, comportamental, social e antropológico, num mesmo contexto geográfico e de um contexto geográfico para outro. Tomada em sentido amplo, a educação é, portanto, acção, processo, meio e produto na transformação humana e material. Assim, a história da educação não apenas se incorpora na história social e na história cultural, como se desenvolve, em boa parte, a partir das mesmas fontes e por uma matriz histórica integradora e estruturante no plano civilizacional.

O objectivo fundamental deste texto é situar a educação, enquanto factor instituinte das dimensões civilizacionais, na relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal, no contexto da Modernidade. Entende-se aqui Modernidade como correspondendo a um processo histórico, cujas dimensões sociológica, económica e de mentalidade (dimensões estas que incluem, designadamente, a utensilagem, a materialidade, a arteficialidade, a manufactura, mas também formas e modos de produção, organização, distribuição e mercantilização, bem como da estruturação, agenciamento, transmissão) se ressentem de um mesmo factor comum — uma lógica capitalista.

A relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal constitui-se como processo civilizatório em que a cultura escrita se desenvolve e se torna qualitativa e quantitativamente determinante, como recurso e meio, construídos e utilizados por uma diversidade de agentes - missionários, colonos, emigrantes, representantes políticos, mercados -, em consonância com os papéis, as instâncias e os contextos histórico-geográficos e histórico-políticos, e como factor de mobilização e de estruturação das acções e destinos de vida dos indivíduos e dos grupos. A história desta relação exige uma aproximação interdisciplinar entre a história cultural e a história da educação, no que se refere aos processos de colonização, missionação, escolarização, e ainda na singularidade da relação cultural estabelecida a partir de uma língua que evolui em comum de um e outro lado do Atlântico.

2. Noutras oportunidades, iniciei a minha reflexão sobre a relação histórica entre estes dois países, situando a análise no contexto da Modernidade, enquanto período histórico marcado pelo desenvolvimento de uma economia-mundo, subsequente às Descobertas Oceânicas, e pela construção de impérios coloniais.<sup>2</sup> Referi que a Modernidade está associada à cultura escrita, à imprensa tipográfica e ao livro como suportes básicos de um padrão civilizacional e como meios de comunicação e acção, nos planos económico, político, cultural, religioso.

Ainda que a historiografia, reforçando a História Económica e a História Social, tenda a valorizar o estabelecimento de uma economia-mundo e do colonialismo/imperialismo, estas dimensões históricas da Modernidade são inexplicáveis fora do quadro da cultura escrita, designadamente da escrituração notarial, da lei escrita, da missiva diplomática, dos tomos e arquivos, do livro como suporte de conversão religiosa e factor de difusão e consolidação técnico-científica.

O processo civilizatório que assinala a relação histórica Portugal-

---

<sup>2</sup> Cfr. J. Magalhães, *Linhas de Investigação em História da Alfabetização em Portugal - um Dominio do Conhecimento em Renovação*. In Fernandes, Rogério & Adão, Áurea, orgs. *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970* (Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação). Vol I. 1998; pp. 23-46.

Brasil/Brasil-Portugal constitui-se numa plurifactorialidade e num agenciamento múltiplo. Estes movimentos históricos são compreensíveis a partir de uma historiografia aberta, reflexiva e problematizante, que equacione as relações de missionação e de educação, como um interaccionismo simbólico e de acção, e que, embora não fundindo as relações de colonização e de dominação cultural, económica e social entre colonizador e colonizado:

- abra a reflexão para relações de soberania, por contraponto a relações de poder<sup>3</sup>;
- reinterprete o fenómeno da missionação, como não deixando de conter uma construção do outro e uma adaptação à heterodoxia religiosa;
- interprete o papel duplo dos colonos como cidadãos de um império que lhes não reconhecia a legitimidade de uma representação política, social e cultural e como agentes de torna-viagem<sup>4</sup>.

Equacionar o fenómeno de torna-viagem é conhecer e explicar uma influência decisiva na urbanização, na paisagem física e humana, na economia portuguesa; mas também na educação, quer pelo

<sup>3</sup> Cfr. M. Foucault em *Hermeneutica del Sujeto*, 1994.

<sup>4</sup> A expressão processo civilizatório, no contexto da colonização e muito especificamente da história do Brasil colonial, está ligada às teses de Darcy Ribeiro (ver *O processo civilizatório*). O sentido em que a expressão é usada neste texto é o que lhe confere aquele antropólogo, ainda que uma das teses fundamentais deste texto contrarie a noção operacional de “povos transportados” com que Darcy Ribeiro traduziu os agentes e o processo histórico-colonial do Novo Mundo. No decurso deste texto relativiza-se esta explicação para o caso da relação histórica Portugal - Brasil / Brasil - Portugal, reforçando o olhar sobre a reciprocidade e a reversibilidade dos agentes colonizadores regressados à Metrópole, por um lado, e o sentido (re)construtivo que marca a acção colonizadora.

As teses globalizadoras de Wallerstein (cfr. *El moderno sistema mundial*, 1979) permitem, por outro lado, o estabelecimento de centros económicos e políticos, fora e para além dos contextos geográficos das metrópoles coloniais, designadamente Portugal. A inscrição dos ciclos económicos do Brasil colonial numa economia-mundo, cujo controlo não estava na mão nem dos mercadores, nem dos colonos, nem mesmo da coroa portuguesa, revela um processo histórico de colonização integrado numa dimensão global, não confinada ao binómio metrópole/colónia.

fenómeno do mecenato, quer pelas repercussões do urbanismo nos estilos de vida e na acção do quotidiano<sup>5</sup>. Estas repercussões referem-se, em sentido mais amplo, às transformações de carácter material, influenciando e patrocinando planos de urbanismo, (re)construindo casas apalaçadas, redistribuindo a terra e a paisagem, mas também aos estilos de vida, prioridades, formas de vestir e de organizar o quotidiano, formas de produzir e distribuir os bens e a riqueza.

3. A cultura escrita permitiu às “religiões do livro” a fixação de um texto sagrado que estruturasse a missão e a conversão. Mas a presença do elemento religioso na acção colonial alarga-se também à economia, à administração pública e privada, à exploração dos recursos naturais, à organização política e social. Ainda que os índios (nativos) houvessem sido tratados de forma assimétrica e violenta, como assinala Charles Boxer,<sup>6</sup> tornando-se necessário o estabelecimento de legislação e de instâncias de protecção, dadas as formas de tratamento do outro envolverem, frequentemente, manifestações de desprestígio sócio-cultural; ainda que os escravos houvessem sido registados como meios de produção, toda a gesta da colonização pressupõe uma escrita organizada e o cadastro, ordenação, movimentação e fixação do elemento humano em aldeamentos e cidades, designadamente por acção dos Jesuítas e dos Beneditinos, implementando uma tecnologia social e a correspondente escrituração, nos moldes em que vinha sendo praticada em toda a Cristandade antes e na sequência do Concílio de Trento.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Caracterizando e inventariando as principais dimensões do elemento civilizatório brasileiro, e retomando uma tipologia grata a Sérgio Buarque, Beatriz Nizza da Silva, em *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808 - 1821* (1978), distingue dimensões de cultura explícita e dimensões ou manifestações de cultura implícita - uma distinção epistemológica que traduz não apenas diferentes formas de utilização/apropriação cultural, mas também diferentes representações e valorações. Assim, a alimentação, o traje, a morada, a diversão, a religião traduzem-se em manifestações explícitas, correspondendo-lhes uma acção concretizável: habitamento alimentar, sociologização do traje; espacialização e ordenamento da casa; socialização das diversões; práticas, ritos e conversão religiosa.

<sup>6</sup> Cfr. C- Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, 1973.

<sup>7</sup> Tal escrituração não significa igualitarização. A escrita constitui aliás um meio de

Os Jesuítas organizaram a missão, tomando como base a carta (missiva, epístola) – uma estratégia de mobilização e de concertação de pontos de vista, na consolidação de objectivos comuns. Principais responsáveis pelo ensino no período colonial, os Jesuítas, cuja acção na Metrópole se confinou aos Estudos Menores e à Universidade, associaram, no Brasil, o ensino de primeiras letras à missão e à implementação da Reforma Tridentina. A eles se devem o fomento de cadeiras de primeiras letras e a disseminação de catecismos e cartilhas, nos núcleos urbanos e nos aldeamentos.

Foi sobretudo na sequência da Restauração da Independência (1640) – apesar de haver registo de tentativas anteriores, nas primeiras décadas do século XVII, que os Beneditinos se voltaram para o Brasil, participando de uma forma integrada na economia colonial e no mercado mundial que marca o capitalismo moderno. Com os Beneditinos, a cultura escrita, para além da escrituração rigorosamente utilizada nos Estados dos Conventos – traduzindo uma matriz contabilística e de relatório que em pouco se afasta dos modelos actuais –, tornou-se no principal suporte da adaptação dos missionários, portadores de pequenas livrarias; foi utilizada como meio de planificação estratégica na urbanização, no arroteamento de novas áreas, na evolução económica.<sup>8</sup>

A escrita serviu de igual modo o poder político e os próprios colonos. Para além das leis e alvarás, os governadores estaduais correspondiam-se regularmente com o poder central, obtendo pareceres, autorizações, mas também estabelecendo comentários e esquemas interpretativos e de operacionalização dos quadros legislativos vigentes.

Os colonos, individualmente ou em associação, frequentemente se dirigiram por escrito ao monarca, ou queixando-se das autorida-

---

consolidação das assimetrias. Neste sentido, os arquivos conservam documentação relativa, entre outros temas, a comercialização e alforria de escravos, casamentos de autóctones e, posteriormente, a casamentos de escravos-forros, planos de urbanização, contencioso, tabelionato.

<sup>8</sup> Os planos de desenvolvimento dos conventos eram também planos de urbanização, como fica provado com a criação de uma nova rua junto ao convento de S. Paulo.

des régias locais, ou implorando protecção, ou, ainda, fazendo ver que afinal eram interpretados pelos autóctones como representantes da Coroa e da Nação Portuguesa, com toda a carga de dominação que subjaz a tal estatuto, e que, no entanto, ainda que sempre procurassem engrandecer a presença portuguesa, não mereciam da coroa protecção especial alguma. Pelo contrário, tinham de assegurar por seus próprios meios, humanos e financeiros, a defesa pessoal, dos seus familiares e dos seus bens, tendo ainda de pagar imposto régio. Entre os colonos, a escrita era um meio fundamental na comunicação privada e individual, incluindo a autografia, bem como um factor de mobilização grupal e corporativo.

Na relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal a importância da escrita é central. Ressaltam a riqueza e a diversidade dos arquivos religiosos e civis, públicos e privados. Com efeito, no que se refere às dimensões notarial e jurisdicional da política e da acção colonial, os arquivos, para além de ricos, são muito bem estruturados.

Entre as manifestações concretas da cultura escrita, incluindo o tabelionato, o judicial o epistolar, observa-se uma grande diversidade de campos de leitura e de escrita, desde a teologia, religião, política, história natural, receituários diversos, hagiografias, etc., que compunham as bibliotecas ambulantes dos missionários e autoridades políticas até às práticas autográficas que se traduzem na epistolografia privada e oficiosa ou ainda numa epistolografia instituinte de práticas e de formações político-ideológicas que se prolongavam pelos tomos, escrituração notarial, escrituração judicial.

No que se refere à colonização do Brasil, como de uma forma geral à colonização do Novo Continente, a escrita foi um elemento estruturante básico, praticada por homens e mulheres, ainda que para fins diferenciados.<sup>9</sup> Para além da epistolografia, há diários de via-

---

<sup>9</sup> Na região do Quebec, Canadá, ao contrário do que a informação histórica sobre o Continente Europeu deixa antever, os colonos masculinos escreviam menos frequentemente e com menor qualidade gráfica do que as suas mulheres e filhas. As mulheres assumiam a escrituração da exploração agrícola e comercial, bem como a relação epistolográfica com os familiares continentais, enquanto os homens conduziam directamente a exploração das fazendas. Emigrados ainda adolescentes, boa parte dos colonos masculinos fazia fortuna na criação de gado, enquanto



gem, almanaques e livros de negócio, roteiros e agendas pessoais.<sup>10</sup>

4. Associada à missionação e à escrita, surge a relação com os dialectos e línguas autóctones. A comunicação entre os diferentes grupos e agentes era condição básica de aculturação, pelo que se devem aos missionários algumas das experiências mais significativas, criando cartilhas bilingues, até haverem enveredado por uma “vulgarização” dos textos religiosos, superando, por um lado, a pureza linguística do colonizador e, por outro lado, evitando definir um interlocutor privilegiado no terreno, uma vez que, em várias circunstâncias, se confrontavam em simultâneo com reinóis, índios, mestiços, escravos de origem africana.<sup>11</sup> Neste contexto, os Jesuítas criaram na região do Pará uma língua designada Nheengatu (fala boa), por contraposição aos dialectos locais e à língua vulgar.

Mas, em regra, os missionários trabalhavam a vulgarização, como

---

que as jovens emigravam já formadas para administrarem a casa de família e educarem os filhos, para assumirem parte activa nos negócios públicos.

<sup>10</sup> Com quase quarenta anos de idade, corria o ano de 1879, Manuel José de Carvalho, chamado por um irmão, partiu de Valpaços (Trás-os-Montes) para a região do Maranhão. Uma vez desembarcado, comprou um caderno de merceiro, com capa dura e nele veio a registar mensalmente todas as decisões que envolveram dinheiro – de um lado do caderno as compras e os débitos, do outro as entradas e os créditos. Quando, em 1908, decide regressar a Portugal, tinha gasto 23 folhas do caderno, impecavelmente escritas a tinta preta. Desde então e até 1921, foi preenchendo as folhas do meio, permitindo-nos saber, entre precários e quotidianos, que trabalhou no Brasil numa empresa de trato-por-grosso e que, regressado a Portugal, fundou, em Lisboa, com o irmão, uma empresa de trato de peixe salgado. Regressado por fim a Valpaços, investiu em terras, pagou jornas, etc., etc.

<sup>11</sup> J. Capistrano de Abreu, com o objectivo de explicar como foi fácil a ocupação francesa e holandesa nas primeiras décadas do século XVIII, refere-se ao que designa de três raças irredutíveis de que resulta a ausência de uma consciência de unidade: a) o negro ladino e creoulo; b) o índio; c) o português (reinol). Em seu entender, o negro ladino e creoulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem, ainda livre e nu, mesmo quando pertencendo à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O Português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao Português nascido nestas paragens alongadas e barbaras; o Português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade (cfr. J. C. Abreu, *Capítulos da história colonial: 1500 - 1800*, 1963).

estratégia comunicativa para a mistura de rituais, permitindo que a conversão religiosa não se traduzisse numa ruptura total com a espiritualidade e os rituais autóctones.<sup>12</sup> E ainda que os modos e as relações de produção se fossem progressivamente organizando em moldes mercantilizáveis e com estruturas de controlo progressivamente mais apuradas e tendentes a uma padronização, a cultura material revelava-se (e revela-se ainda hoje) muito rica, nos planos lexical e organizacional, permitindo e legitimando campos e estratégias de comunicação, marcadas por uma acentuada liberdade e criatividade.

Assim, a cultura material incluía o desempenho de determinadas funções na economia colonial, nos quadros familiar (doméstico), da fazenda (exploração em grande escala), da mercantilização. O desempenho de funções específicas traduzia-se numa mudança de estatuto e na aprendizagem de novas técnicas. Os Beneditinos ensinavam as artes de barbeiro, sapateiro, ajudante de botica, ajudante de livraria a alguns escravos.

É esta riqueza linguística, resultante da diversidade de contextos e da especificidade da organização produtiva, por um lado, e da componente político-ideológica integradora, por outro, que se traduz no peso das dimensões sócio-genética e histórica da atlantização e designadamente do elemento brasileiro na estruturação da Língua Portuguesa.

Com efeito, ainda que a Academia Real das Ciências, fundada em Lisboa, em 1779, tenha assumido a responsabilidade de editar um dicionário e uma gramática da Língua Portuguesa, o plano não foi além da publicação, em 1793, do primeiro volume do *Dicionário*

---

<sup>12</sup> Neste sentido, o recurso à música, designadamente entre os Beneditinos, e a abertura à cultura material, foram meios fundamentais de comunicação. Todavia, com o Barroco, as linguagens musical, pictórica e escultórica foram progressivamente acompanhadas e substituídas pela comunicação oral e escrita.

No plano religioso os sermões e os rituais de adoração colectiva e individual foram conferindo significado e transmitindo às gerações vindouras o respeito e a crença nos lugares sagrados e nos ícones religiosos, pelo que as cidades históricas brasileiras constituem hoje um património museológico e um memorial ímpares, para a história das religiões.

Sobre a importância de uma civilização falada, incluindo a vulgarização de meios e suportes de leitura, ver João Hansen, em *A sátira e o engenho* (1989).

da *Academia Real das Ciências*, datando somente de 1911 (século e meio após a Inconfidência Mineira e um século após a Independência do Brasil), o Primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro – um marco fundamental para a Língua Portuguesa, com implicações imediatas na escolarização e na normatização.

Desde o início da colonização que a Língua Portuguesa se fora alargando no território brasileiro de forma lenta e adaptativa, num processo cultural de vulgarização, correspondendo às necessidades de comunicação, nos planos material, social, espiritual e simbólico, a partir de uma matriz linguística ligada aos clássicos renascentistas e com um forte cunho de oralidade. Com a Inconfidência Mineira, a questão linguística havia-se tornado central e ao lema dos Inconfidentes (que defendiam a unidade linguística e a separação política), responderia o *Alvará Régio* de 1755. Este *Alvará*, inserido na política pombalina, não negando a evidência da vulgarização linguística, implementava, no entanto, Escolas de Primeiras Letras - estruturas educativas para uma nova ordem colonial, que se traduziria numa integração nos planos social, económico, político, administrativo e, por consequência, numa normalização linguística.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Da lenta expansão da Língua Portuguesa dava notícia Frei Vicente do Salvador, autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, publicado em 1618. Informa o autor que eram muito poucos aqueles que falavam a língua europeia, em regra cultivada entre os senhores de engenho e os lavradores criadores de gado.

A importância do elemento linguístico colonizador varia em conformidade com as circunstâncias históricas, com os contextos e com os agentes. No caso espanhol, há notícia de que os primeiros missionários franciscanos que alcançaram Tenochtilan solicitaram aos chefes e sacerdotes locais que lhes entregassem os filhos, porque mais facilmente entenderiam a doutrina que visavam transmitir-lhes. Também é notório o caso inglês de preservação e expansão linguística do elemento colonizador, criando escolas de frequência obrigatória e divulgando pela forma mais acessível a literatura e a cultura inglesas junto dos colonizados, enquanto, simultaneamente, os colonizadores afirmavam a sua identidade cultural, prolongando e consolidando nas colónias todos os rituais e hábitos metropolitanos.

A diferença de comportamentos colonizantes e muito especificamente a reacção pombalina de reforço do elemento linguístico metropolitano no Brasil, através das escolas coloniais não havia passado despercebida, em 1860, na *História do Brasil*.

5. A educação como actualização cultural, nas dimensões de socialização, participação, subjectivação, cidadania, não se confina à escolarização, ainda que o processo de escolarização constitua um objecto central no conhecimento histórico da relação Portugal-Brasil/Brasil -Portugal.

Uma aproximação sumária a este processo revela que é muito pouco conhecida a acção dos missionários, referindo-se que catequização e escolarização se desenvolviam, nas mesmas estruturas e pelos mesmos agentes, mas que as populações indígenas estavam frequentemente arredadas da cultura escolar, destinada fundamentalmente aos filhos dos colonos. É no entanto um processo histórico não totalmente conhecido, no seu funcionamento e na sua amplitude, sendo frequente que os Beneditinos recebessem, nos mosteiros metropolitanos, candidatos nascidos e escolarizados no Brasil.

Um segundo momento nesta aproximação à escolarização liga-se ao impacto do ciclo pombalino-mariano e à influência dos ideais revolucionários, ainda que, no imediato, menos relevantes que na América do Norte, mas porventura mais duradoiros, uma vez que a estrutura escolar francesa servira de inspiração às principais decisões políticas, sequentes à independência.

Na verdade, se Pandia Calógeras, em *Formação económica do Brasil*, se refere ao século XIX como o período de formação do Brasil, então quais as linhas e quais as influências estruturantes da política escolar?

No que se refere à cultura escolar, no Brasil, como em Portugal, no período de oitocentos, é muito notória a influência e a abertura ao elemento francófono, designadamente: na não conciliação entre formação humanística e formação técnica, escolarizando-se esta de forma muito lenta; na municipalização de boa parte das decisões de política educativa, incluindo o fomento da escolarização; na formação de mestres e de professores a partir de um mesmo quadro teórico-prático, convertido em curso de normalização; na centralização

---

Entendeu o seu autor que a reacção pombalina, para além de pouco determinada, uma vez que autorizava que os missionários comunicassem com as populações em vulgar, era também muito tardia, num processo que levava três séculos.

da inspecção, contrariando a descentralização administrativa. Uma questão importante na formação histórica do Brasil oitocentista é a ausência de Universidades, estando os ateneus e academias profundamente envolvidos nas questões políticas. Ou seja, como hipótese metodológica, poder-se-á admitir que a ausência de uma política autonómica para as Universidades foi de tal modo determinante que inviabilizou o próprio processo de gestação das mesmas.

O ciclo pombalino-mariano, convertendo em rede régia as cadeiras de primeiras letras e os colégios dos Jesuítas, não havia constituído a origem de uma cultura escolar, seja no plano ideológico, seja no que se refere às práticas e às estruturas de suporte. Permite, no entanto, uma (re)definição da escola como meio privilegiado de aculturação, disciplinação e integração, ou seja, converte a escola em estrutura pública, legitimando a acção do estado na educação das gerações jovens. O estado chama a si o recrutamento e a vigilância da acção dos mestres, a verificação dos resultados, a manutenção das cadeiras, evoluindo a relação dos públicos com a escola, de um privilégio e benefício facultado pelo poder régio aos seus súbditos para uma obrigatoriedade de frequência e uma condição de cidadania com o estado liberal.

O século XIX ficou marcado por ciclos comuns de um e de outro lado do Atlântico – uma mesma acção de vulgarização e estruturação da cultura escolar junto dos diversos públicos, através da multiplicação da rede escolar (na base de uma paroquialização) e da articulação entre a gratuitidade e a obrigatoriedade; através de uma mesma resposta aos factores de resistência; através de uma mesma estrutura inspectoral. Com efeito, a análise dos relatórios da inspecção, referentes às décadas de sessenta e setenta, refere uma mesma estrutura organizativa e discursiva e as questões problemáticas são, em grande parte, as mesmas: inadequada formação dos professores, reduzida frequência por parte dos alunos e resultados muito insuficientes, precariedade das instituições.

Aos dados comuns à situação escolar em Portugal e no Brasil acrescentem-se dois outros: o de uma mesma formação cultural dos inspectores de ambos os países, na sua generalidade clérigos e o facto de boa parte dos manuais escolares serem comuns.

Mas é através dos torna-viagem — ex-colonos e (e)migrantes —, que melhor se observam marcas comuns à cultura escolar de Portugal e do Brasil: sua valorização, como factor de promoção social e pessoal; dignificação e inscrição na benemerência colectiva de fortunas adquiridas de forma mais ou menos rápida.

Síntese de uma leitura e de uma oportunidade de intervir na realidade, a acção do torna-viagem reflecte-se, na esfera pública e no social, urbanizando as pequenas vilas de onde partira, apetrechando-as com uma escola e uma misericórdia, criando uma casa-grande e apalaçada, na pequena aldeia, em que nascera, fomentando a leitura do jornal e o debate de ideias, reactualizando elementos culturais, nos planos do fazer, do dizer e do simbólico, incluindo a gesta e a diferenciação social.<sup>14</sup>

No quadro da relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal, a verificação destas marcas comuns de interpretação e de acção, em torno da cultura escolar, para além de fazer ressaltar que os ciclos históricos são os mesmos, não deixa de evidenciar, porventura, que a escolarização foi essencialmente interpretada como processo e meio, com objectivos socialmente positivos. De contrário, como explicar estas analogias de acções e de mentalidades entre uma metrópole e uma ex-colónia, no período subsequente à independência?

6. Um outro elemento civilizatório fundamental, aparentemente à margem da educação e da escola, mas confinando com elas, é constituído pelas mútuas influências ao nível da ocupação e da coloniza-

---

<sup>14</sup> A história da educação, designadamente a história da escolarização, em Portugal, ainda não inventariou nem avaliou, de forma sistemática, a acção do mecenato, designadamente dos “brasileiros”, quer no plano material, quer sobretudo na influência que, através das doações, tiveram na orientação das práticas escolares, sugerindo as plantas e os lugares das escolas, nomeando os professores, estabelecendo regulamentos, prémios, etc.

Se, na segunda metade do século XIX, a acção dos brasileiros se faz notar ao nível da criação de estruturas escolares e sociais, nas primeiras décadas do século XX ficaram a dever-se-lhes algumas das principais iniciativas no fomento da formação técnica e profissional e na inovação pedagógica, sob inspiração do Movimento da Escola Nova.

ção territoriais: topografia; ordenação dos espaços, designadamente da relação entre o urbano e o rural; urbanismo; arquitectura; manifestações e práticas culturais, nos quadros doméstico e privado, nomeadamente manifestações de civilidade, formas de trato, culinária; memoriais e marcas de religiosidade: hagiografia, iconografia, crenças, amuletos, mezinhas.

As cidades históricas brasileiras, como as vilas e cidades portuguesas, reflectem e conservam marcas patrimoniais que traduzem factores de ordenação e decisão, preocupações, expectativas, formas de solucionar, pensar e perspectivar, marcadas por factores comuns. As autoridades civis e religiosas tiveram um papel determinante na ordenação da paisagem física e humana, de um e outro lado do Atlântico, nos planos material, social e simbólico, sobretudo no decurso dos séculos XVII e XVIII, mas é no século XIX, que, saído como emigrante e regressado como torna-viagem enriquecido e embevecido pelo progresso e pela vontade de agir, o "brasileiro" pontua e transforma a paisagem urbana e rural do Portugal arcaico que deixara ao partir. Regressado definitiva ou temporariamente ao seu lugar de origem ou de adopção, directamente ou como mecenas, manda rasgar ruas e avenidas, constrói hotéis, interfere na rede viária e de comunicações, subscreve acções e orienta-se por padrões capitalistas, funda empresas - em suma inscreve e orienta o progresso; (re)actualiza a história. Trata-se de uma acção também ela profundamente enraizada e estruturada na cultura escrita, autográfica e de informação e organização do pensamento individual e colectivo.

As arquitecturas urbana e rural, dos sectores público e privado; a cultura material, desde pequenas realizações a grandes planos e empreendimentos comerciais, industriais, rurais, termais e balneares, marcados, em regra, pela ousadia e pela inovação tecnológica, como também os espaços culturais e de beneficiação social, aos níveis do teatro, do cinema, do mutualismo, de agências bancárias, etc., são uma outra marca, quicá determinante, traduzindo uma mentalidade comúvel do processo civilizatório Portugal-Brasil/Brasil-Portugal.

7. Tomando a educação como actualização cultural, nos planos material, atitudinal, axiológico, a história da educação e a história da

cultura integram-se e articulam-se aos níveis hermenêutico, heurístico, conceptual.

Neste texto procurámos analisar as principais facetas do elemento civilizatório, nas suas substância, textualidade e meios de acção, com uma breve referência aos agentes e às marcas históricas, assim museológicas, arquivísticas, patrimoniais, memorialísticas.

Missionários, políticos, agentes do poder, colonos e emigrantes, fazendo uso regular da cultura escrita, geraram uma relação histórica marcada por factores e ciclos gritantemente similares, de um e de outro lado do Atlântico, porventura (re)escrevendo de forma ímpar o processo histórico entre uma metrópole e uma colónia.

No processo histórico Portugal-Brasil/Brasil -Portugal, os agentes foram também sujeitos, numa complexa e não menos subtil dialéctica entre poder e soberania, em que não apenas a dominação cedeu com frequência à adaptação e à criatividade, como os mediadores se revelaram tão ou mais determinantes que os actores e agentes, e em que as consequências, os factores implícitos, os arrastamentos e as resistências se (re)actualizaram, dando forma e sentido à reflexão, à expectativa e à acção.

Trata-se enfim de um processo histórico de reinvenção, mais do que de aplicação ou transposição, que, todavia, encontra na escolarização e na escola um dos mais acentuados paradoxos, uma vez que, sendo esta uma instância cultural por excelência, dela ressaltam, num período de formação identitária como Estado-Nação, as marcas de uma comunhão organizacional e instrumental.